

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus - Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, bem como as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhados das Notas Explicativas e

Parecer dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2010.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2009	2008		2009	2008
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	635.703	585.377	CIRCULANTE	594.728	544.996
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4).....	153.293	52.711	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14b).....	91.232	90.479
Aplicações Financeiras (Nota 5).....	32.041	45.911	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 8b).....	503.434	454.442
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 9a).....	369.975	414.475	Outras Obrigações.....	62	75
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d).....	80.394	72.280			
NÃO CIRCULANTE	12.708.906	10.499.420	NÃO CIRCULANTE	232.248	254.421
Realizável a longo prazo	965.277	592.045	Provisão para Impostos e Contribuições.....	551	3.625
Aplicações Financeiras (Nota 5).....	62.446	19.797	Ações e Processos Judiciais (Nota 7).....	231.697	250.796
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d).....	346.785	215.382			
Depósitos Judiciais.....	10.658	57.299	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.517.633	10.285.380
Créditos Tributários (Nota 13c).....	85.871	71.402	Capital Social (Nota 8a).....	5.660.000	4.677.600
Valores a Receber (Nota 9a e 14a).....	459.517	228.165	Reservas de Capital.....	-	51
Investimentos (Nota 6)	11.703.424	9.867.170	Reservas de Lucros.....	6.798.364	5.721.507
Intangível	40.205	40.205	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	59.269	(113.778)
TOTAL	13.344.609	11.084.797	TOTAL	13.344.609	11.084.797

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2008
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	2.283.083	2.028.692
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6).....	2.182.579	2.024.494
Despesas Tributárias (Nota 10).....	(49.662)	(45.548)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	(1.836)	(1.722)
Despesas com Amortização de Ágio.....	-	(6.561)
Resultado Financeiro (Nota 12).....	47.337	56.997
Outras Receitas Operacionais (Nota 14c).....	104.665	1.032
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.283.083	2.028.692
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	17.457	14.091
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.300.540	2.042.783
Número de ações.....	6.179.444.584	5.946.886.444
Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$.....	372,29	343,50

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.283.083	2.028.692
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(2.182.579)	(2.024.494)
Amortização de Ágio.....	-	6.561
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.....	(37.765)	(41.122)
Provisão para Contingências.....	47.302	45.194
Outros.....	(102.759)	(1.031)
Lucro Líquido Ajustado	7.282	13.800
(Aumento)/Redução em Aplicações Financeiras.....	(26.237)	475.787
(Aumento) em Outros Ativos.....	(101.630)	(18.592)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(182)	8
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(3.106)	(402)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(123.873)	470.601
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Investimentos.....	(131.567)	(648.000)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	615.667	378.026
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	484.100	(269.974)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos.....	(125.784)	(215.900)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(133.861)	(118.045)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(259.645)	(333.945)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	100.582	(133.318)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Início do Exercício.....	52.711	186.029
Fim do Exercício.....	153.293	52.711
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	100.582	(133.318)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital Incentivos Fiscais do Imposto de Renda	Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos			
Saldos em 31.12.2007	3.550.000	51	442.211	4.515.692	85.526	354.167	-	8.947.647
Ajustes de Exercícios Anteriores - Lei nº 11.638/07 (de Controladas).....	-	-	-	-	-	-	12.686	12.686
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	(467.945)	-	(467.945)
Aumento do Capital Social por Subscrição.....	327.600	-	-	-	-	-	-	327.600
Aumento do Capital Social com Reservas.....	800.000	-	-	(800.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	2.042.783	2.042.783
Destinações: - Reservas.....	-	-	102.773	1.375.305	-	-	(1.478.078)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 88,62 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	(527.021)	(527.021)
- Dividendos (R\$ 8,47 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	(50.370)	(50.370)
Saldos em 31.12.2008	4.677.600	51	544.984	5.090.997	85.526	(113.778)	-	10.285.380
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	173.047	-	173.047
Aumento do Capital Social por Subscrição.....	400.000	-	-	-	-	-	-	400.000
Aumento do Capital Social com Reservas.....	582.400	(51)	-	(582.349)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	2.300.540	2.300.540
Destinações: - Reservas.....	-	-	115.027	1.544.179	-	-	(1.659.206)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 94,45 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	(583.661)	(583.661)
- Dividendos (R\$ 9,33 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	(57.673)	(57.673)
Saldos em 31.12.2009	5.660.000	-	660.011	6.052.827	85.526	59.269	-	12.517.633

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações é uma empresa que tem como objeto a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e a venda de ações, títulos e valores mobiliários, por conta própria.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis, às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 e poderão ser diferentes daquelas vigentes, quando aplicáveis, na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Normas e suas interpretações que não estão em vigor para o exercício de 2009

Dentro do processo de convergência com as normas internacionais, novas normas e suas interpretações foram aprovadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2010 e alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. As normas relativas aos pronunciamentos técnicos do CPC de 15 a 43 (exceto os CPCs 34, 41 e 42) e as interpretações ICPC de 01 a 12 são aquelas que poderão, quando aplicáveis, impactar as demonstrações financeiras da empresa.

Nos termos destas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, poderão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A empresa não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2010.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais, a moeda funcional e de apresentação adotada pela empresa.

b) Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio são reconhecidos na demonstração de resultados.

c) Apuração do resultado

É apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação ou intenção de negociação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de mercado dos fundos de investimentos é determinado com base no valor da cota do último dia do exercício, informada pelo administrador dos fundos.

e) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

I) Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são representados por aplicações financeiras em CDB - Certificado de Depósito Bancário e Eurobonds e são reconhecidos a valor de mercado. Os ganhos e as perdas foram reconhecidos nas demonstrações de resultado, para refletir a maneira de administrar as aplicações pela Administração, conforme sua estratégia.

II) Valores a receber

Os valores a receber devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

f) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "créditos tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Continua...

...Continuação

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus - Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

g) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e ajustados aos critérios contábeis da investidora.

h) Intangível

O ágio está fundamentado em mais-valia de ativos, representada pela diferença entre o valor contábil e o valor justo das ações adquiridas e é amortizado na proporção em que essas ações forem alienadas ou quando da realização do teste de recuperação do valor do ativo.

i) Redução ao valor recuperável de ativos - impairment

Os valores contábeis dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há sinal de perda no valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior a seu valor recuperável.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/05.

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas;
- Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação; e

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social - %	Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
Banco Bradesco S.A. (1) (3).....	26.500.000	41.942.625	8.012.282	740.086	374	23,7667	9.968.028	8.263.952	2.078.859	1.784.875
Bradespar S.A. (1) (3).....	3.000.000	5.144.849	928.865	44.883	301	12,9212	664.776	659.322	120.051	142.541
Titanium Holdings S.A. (1).....	136.609	397.106	42.708	37.056	-	50,0000	198.553	159.110	21.354	20.438
NCF Participações S.A. (1).....	2.130.035	2.206.248	(92.904)	464.729	-	39,5093	871.673	784.392	(37.685)	76.640
Subtotal							11.703.030	9.866.776	2.182.579	2.024.494
Outros Investimentos (4).....							394	394	-	-
Total							11.703.424	9.867.170	2.182.579	2.024.494

(1) Dados relativos a 31.12.2009;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis;

(3) As demonstrações financeiras do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datados de 27 de janeiro de 2010 e 26 de março de 2010, respectivamente; e

(4) Referem-se, substancialmente, a investimentos em Incentivos Fiscais.

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos das investidas.

A Administração da empresa entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Obrigações Legais - Fiscais

A empresa vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

Em novembro de 2009, a empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Considerando as determinações específicas do referido programa, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão. Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

O total líquido resultante da adesão ao programa montou a R\$ 14.397 e foi registrado na rubrica de "Outras Receitas Operacionais". A empresa não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a referida Lei.

II - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Saldo no Início do Exercício	250.796	202.503
Atualizações Monetárias.....	24.808	21.132
Constituições Líquidas de Reversões e Baixas (1).....	(43.907)	27.161
Saldo no Final do Exercício	231.697	250.796

(1) Inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários que possuíam depósitos judiciais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não há processos contingentes avaliados como de perda possível.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Ordinárias.....	6.179.444.584	5.946.886.444
Total	6.179.444.584	5.946.886.444

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de março de 2008, homologou-se o aumento de capital social deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2008, no montante de R\$ 327.600, mediante a emissão de 196.167.665 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

- Obrigações Legais - Fiscais: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) Outros ativos e passivos

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Depósito Bancário (1).....	17.212	13.025
Fundos de Investimentos Financeiros.....	136.081	39.686
Total	153.293	52.711

(1) No país e no exterior.

5) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Circulante		
Aplicação em Eurobonds (Nota 9a).....	32.041	45.911
Total	32.041	45.911
Não Circulante		
Aplicação em CDB - Certificado de Depósito Bancário (Nota 9a).....	62.446	19.797
Total	62.446	19.797

O valor das aplicações financeiras é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. As aplicações financeiras estão classificadas a valor justo por meio de resultado.

6) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 2.182.579 (2008 - R\$ 2.024.494).

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2008, deliberou-se aumentar o capital social no montante de R\$ 800.000, mediante utilização de saldo da Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para Aumento de Capital, sem emissão de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de janeiro de 2009, deliberou-se aumentar o capital social no montante de R\$ 400.000, mediante a emissão de 232.558.140 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2009, deliberou-se aumentar o capital social no montante de R\$ 582.400, mediante utilização de saldo da Reserva de Capital - Incentivos Fiscais - R\$ 51 e Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para Aumento de Capital - R\$ 582.349, sem emissão de ações.

b) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos relativos ao exercício de 2009, está demonstrado a seguir:

	2009	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	2.300.540	
Reserva legal.....	(115.027)	
Base de cálculo	2.185.513	
Juros sobre o capital próprio (bruto).....	583.661	26,71
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%.....	(87.549)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	496.112	22,70
Dividendos pagos	57.673	2,64
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2009	553.785	25,34
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2008	498.338	25,52

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo.

9) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2009		2008	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	17.212	-	13.025	-
Aplicações financeiras:				
Certificado de Depósito Bancário - CDB Banco Bradesco S.A.	62.446	5.933	19.797	12.953
Debêntures - Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	-	-	-	3.685
Eurobonds - Agência Bradesco Grand Cayman.....	32.041	6.143	45.911	4.596
Valores a receber:				
NCF Participações S.A.	130.455	2.342	1.418	11
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	151.259	19.174	66.845	6.339
Titanium Holdings S.A.	177.803	16.011	159.902	3.846
Juros sobre o capital próprio e dividendos:				
Banco Bradesco S.A.	341.808	485.231	368.604	449.514
Titanium Holdings S.A.	203	-	16.305	-
NCF Participações S.A.	27.964	10.942	29.566	12.829
Bradespar S.A.	-	35.630	-	29.166
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(213.680)	(262.095)	(192.610)	(236.292)
Fundação Bradesco.....	(185.579)	(193.786)	(167.274)	(174.708)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Proventos.....	252	252
Encargos Sociais.....	50	71
Total	302	323

A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Continua...

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus - Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, bem como as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhados das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2010.
Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2009	2008		2009	2008
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	635.703	585.377	CIRCULANTE	594.728	544.996
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	153.293	52.711	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14b)	91.232	90.479
Aplicações Financeiras (Nota 5)	32.041	45.911	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 8b)	503.434	454.442
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 9a)	369.975	414.475	Outras Obrigações.....	62	75
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d)	80.394	72.280			
NÃO CIRCULANTE	12.708.906	10.499.420	NÃO CIRCULANTE	232.248	254.421
Realizável a longo prazo	965.277	592.045	Provisão para Impostos e Contribuições.....	551	3.625
Aplicações Financeiras (Nota 5)	62.446	19.797	Ações e Processos Judiciais (Nota 7)	231.697	250.796
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d)	346.785	215.382			
Depósitos Judiciais	10.658	57.299	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.517.633	10.285.380
Créditos Tributários (Nota 13c)	85.871	71.402	Capital Social (Nota 8a)	5.660.000	4.677.600
Valores a Receber (Nota 9a e 14a).....	459.517	228.165	Reservas de Capital	-	51
Investimentos (Nota 6)	11.703.424	9.867.170	Reservas de Lucros	6.798.364	5.721.507
Intangível	40.205	40.205	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	59.269	(113.778)
TOTAL	13.344.609	11.084.797	TOTAL	13.344.609	11.084.797

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2008
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	2.283.083	2.028.692
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	2.182.579	2.024.494
Despesas Tributárias (Nota 10)	(49.662)	(45.548)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	(1.836)	(1.722)
Despesas com Amortização de Ágio	-	(6.561)
Resultado Financeiro (Nota 12)	47.337	56.997
Outras Receitas Operacionais (Nota 14c).....	104.665	1.032
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.283.083	2.028.692
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	17.457	14.091
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.300.540	2.042.783
Número de ações	6.179.444.584	5.946.886.444
Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$	372,29	343,50

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2.283.083	2.028.692
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(2.182.579)	(2.024.494)
Amortização de Ágio.....	-	6.561
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.....	(37.765)	(41.122)
Provisão para Contingências.....	47.302	45.194
Outros.....	(102.759)	(1.031)
Lucro Líquido Ajustado	7.282	13.800
(Aumento)/Redução em Aplicações Financeiras.....	(26.237)	475.787
(Aumento) em Outros Ativos.....	(101.630)	(18.592)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(182)	8
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(3.106)	(402)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(123.873)	470.601
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Investimentos.....	(131.567)	(648.000)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	615.667	378.026
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	484.100	(269.974)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos	(125.784)	(215.900)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(133.861)	(118.045)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(259.645)	(333.945)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	100.582	(133.318)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Início do Exercício.....	52.711	186.029
Fim do Exercício.....	153.293	52.711
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	100.582	(133.318)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Incentivos Fiscais do Imposto de Renda	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos			
Saldos em 31.12.2007	3.550.000	51	442.211	4.515.692	85.526	354.167	-	8.947.647
Ajustes de Exercícios Anteriores - Lei nº 11.638/07 (de Controladas).....	-	-	-	-	-	-	12.686	12.686
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	(467.945)	-	(467.945)
Aumento do Capital Social por Subscrição.....	327.600	-	-	-	-	-	-	327.600
Aumento do Capital Social com Reservas.....	800.000	-	-	(800.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	2.042.783	2.042.783
Destinações: - Reservas.....	-	-	102.773	1.375.305	-	-	(1.478.078)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 88,62 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	(527.021)	(527.021)
- Dividendos (R\$ 8,47 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	(50.370)	(50.370)
Saldos em 31.12.2008	4.677.600	51	544.984	5.090.997	85.526	(113.778)	-	10.285.380
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	173.047	-	173.047
Aumento do Capital Social por Subscrição.....	400.000	-	-	-	-	-	-	400.000
Aumento do Capital Social com Reservas.....	582.400	(51)	-	(582.349)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	2.300.540	2.300.540
Destinações: - Reservas.....	-	-	115.027	1.544.179	-	-	(1.659.206)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 94,45 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	(583.661)	(583.661)
- Dividendos (R\$ 9,33 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	(57.673)	(57.673)
Saldos em 31.12.2009	5.660.000	-	660.011	6.052.827	85.526	59.269	-	12.517.633

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações é uma empresa que tem como objeto a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e a venda de ações, títulos e valores mobiliários, por conta própria.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis, às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 e poderão ser diferentes daquelas vigentes, quando aplicáveis, na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Normas e suas interpretações que não estão em vigor para o exercício de 2009
Dentro do processo de convergência com as normas internacionais, novas normas e suas interpretações foram aprovadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2010 e alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. As normas relativas aos pronunciamentos técnicos do CPC de 15 a 43 (exceto os CPCs 34, 41 e 42) e as interpretações ICPC de 01 a 12 são aquelas que poderão, quando aplicáveis, impactar as demonstrações financeiras da empresa.

Nos termos destas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, poderão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A empresa não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2010.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
a) Moeda funcional
As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais, a moeda funcional e de apresentação adotada pela empresa.

b) Moeda estrangeira
Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio são reconhecidos na demonstração de resultados.

c) Apuração do resultado
É apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

d) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação ou intenção de negociação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de mercado dos fundos de investimentos é determinado com base no valor da cota do último dia do exercício, informada pelo administrador dos fundos.

e) Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

I) Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado
Os ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são representados por aplicações financeiras em CDB - Certificado de Depósito Bancário e Eurobonds e são reconhecidos a valor de mercado. Os ganhos e as perdas foram reconhecidos nas demonstrações de resultado, para refletir a maneira de administrar as aplicações pela Administração, conforme sua estratégia.

II) Valores a receber
Os valores a receber devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

f) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "créditos tributários".

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social - %	Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)
				ON	PN		31.12.2009	31.12.2008	
Banco Bradesco S.A. (1) (3).....	26.500.000	41.942.625	8.012.282	740.086	374	23.7667	9.968.028	8.263.952	2.078.859
Bradespar S.A. (1) (3).....	3.000.000	5.144.849	928.865	44.883	301	12.9212	664.776	659.322	120.051
Titanium Holdings S.A. (1).....	136.609	397.106	42.708	37.056	-	50.0000	198.553	159.110	21.354
NCF Participações S.A. (1).....	2.130.035	2.206.248	(92.904)	464.729	-	39.5093	871.673	784.392	(37.685)
Subtotal							11.703.030	9.866.776	2.182.579
Outros Investimentos (4).....							394	394	-
Total							11.703.424	9.867.170	2.182.579

(1) Dados relativos a 31.12.2009;
(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis;
(3) As demonstrações financeiras do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datados de 27 de janeiro de 2010 e 26 de março de 2010, respectivamente; e
(4) Referem-se, substancialmente, a investimentos em Incentivos Fiscais.

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS
a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais
A empresa é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos das investidas.

A Administração da empresa entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Obrigações Legais - Fiscais
A empresa vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

Em novembro de 2009, a empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Considerando as determinações específicas do referido programa, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão. Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

O total líquido resultante da adesão ao programa montou a R\$ 14.397 e foi registrado na rubrica de "Outras Receitas Operacionais". A empresa não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a referida Lei.

II - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Saldo no Início do Exercício	250.796	202.503
Atualizações Monetárias.....	24.808	21.132
Constituições Líquidas de Reversões e Baixas (1).....	(43.907)	27.161
Saldo no Final do Exercício	231.697	250.796

(1) Inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários que possuíam depósitos judiciais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não há processos contingentes avaliados como de perda possível.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Ordinárias.....	6.179.444.584	5.946.886.444
Total	6.179.444.584	5.946.886.444

Continua...

...Continuação

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus - Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de março de 2008, homologou-se o aumento de capital social deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2008, no montante de R\$ 327.600, mediante a emissão de 196.167.665 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2008, deliberou-se aumentar o capital social no montante de R\$ 800.000, mediante utilização de saldo da Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para Aumento de Capital, sem emissão de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de janeiro de 2009, deliberou-se aumentar o capital social no montante de R\$ 400.000, mediante a emissão de 232.558.140 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2009, deliberou-se aumentar o capital social no montante de R\$ 582.400, mediante utilização de saldo da Reserva de Capital - Incentivos Fiscais - R\$ 51 e Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para Aumento de Capital - R\$ 582.349, sem emissão de ações.

b) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos relativos ao exercício de 2009, está demonstrado a seguir:

	2009	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	2.300.540	
Reserva legal.....	(115.027)	
Base de cálculo.....	2.185.513	
Juros sobre o capital próprio (bruto).....	583.661	26,71
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%.....	(87.549)	
Juros sobre o capital próprio (líquido).....	496.112	22,70
Dividendos pagos.....	57.673	2,64
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2009.....	553.785	25,34
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2008.....	498.338	25,52

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo.

9) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	2009		Em 31 de dezembro 2008	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.....	17.212	-	13.025	-
Aplicações financeiras:				
Certificado de Depósito Bancário - CDB Banco Bradesco S.A.....	62.446	5.933	19.797	12.953
Debêntures - Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	-	-	-	3.685
Eurobonds - Agência Bradesco Grand Cayman.....	32.041	6.143	45.911	4.596
Valores a receber:				
NCF Participações S.A.....	130.455	2.342	1.418	11
Nova Cidade de Deus Participações S.A.....	151.259	19.174	66.845	6.339
Titanium Holdings S.A.....	177.803	16.011	159.902	3.846
Juros sobre o capital próprio e dividendos:				
Banco Bradesco S.A.....	341.808	485.231	368.604	449.514
Titanium Holdings S.A.....	203	-	16.305	-
NCF Participações S.A.....	27.964	10.942	29.566	12.829
Bradespar S.A.....	-	35.630	-	29.166
Nova Cidade de Deus Participações S.A.....	(213.680)	(262.095)	(192.610)	(236.292)
Fundação Bradesco.....	(185.579)	(193.786)	(167.274)	(174.708)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Proventos.....	252	252
Encargos Sociais.....	50	71
Total.....	302	323

A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
PIS.....	9.093	8.115
COFINS.....	40.417	37.355
Outras.....	152	78
Total.....	49.662	45.548

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Despesas de Pessoal.....	302	323
Serviços Prestados por Terceiros.....	1.342	1.142
Editais e Publicações.....	153	212
Contribuição Sindical Patronal.....	35	31
Outras.....	4	14
Total.....	1.836	1.722

12) RESULTADO FINANCEIRO

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Rendimento de Aplicações Financeiras.....	28.618	24.384
Juros Ativos.....	58.463	55.739
Juros Passivos.....	(39.744)	(23.126)
Total.....	47.337	56.997

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	2.283.083	2.028.692
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(776.248)	(689.755)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis líquida das receitas não tributáveis.....	(259)	-
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	742.077	688.328
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	198.445	179.187
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	(180.813)	(167.113)
Efeito do crédito tributário não ativado.....	29.920	3.464
Outros.....	4.335	(20)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	17.457	14.091

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	2.988	(1.794)
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporárias.....	5.349	15.458
Constituição no exercício sobre prejuízo e base negativa.....	9.120	427
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	17.457	14.091

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2008	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2009
Origem do Crédito Tributário				
Provisão para contingências fiscais.....	62.935	13.741	(13.203)	63.473
Provisão para perda de títulos e investimentos.....	15	-	-	15
Outras provisões.....	-	4.811	-	4.811
Total dos créditos tributários.....	62.950	18.552	(13.203)	68.299
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	8.452	9.120	-	17.572
Total dos créditos tributários, líquidos.....	71.402	27.672	(13.203)	85.871

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em menos de 10 anos. Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 25.039 (2008 - R\$ 54.959).

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no circulante, no montante de R\$ 80.394 (2008 - R\$ 72.280) e no não circulante, no montante de R\$ 346.785 (2008 - R\$ 215.382) referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Valores a Receber, no montante de R\$ 459.517 (2008 - R\$ 228.165) referem-se, substancialmente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em janeiro de 2011;

b) Impostos e Contribuições a Recolher no montante de R\$ 91.232 (2008 - R\$ 90.479) referem-se, substancialmente, a Imposto de Renda sobre Juros sobre o Capital Próprio Provisionados, no montante de R\$ 55.513 (2008 - R\$ 50.137), PIS no montante de R\$ 6.287 (2008 - R\$ 7.194) e COFINS no montante de R\$ 28.957 (2008 - R\$ 33.137);

c) Outras Receitas Operacionais em 2009 referem-se, substancialmente, a reversão de provisão;

d) A empresa em 31 de dezembro de 2009 e 2008, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos; e

e) Em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de janeiro de 2010, deliberou-se aumentar o capital social no valor de R\$ 445.000, mediante a emissão de 224.747.475 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1.980,00 (Hum mil, novecentos e oitenta reais) por lote de mil ações, para subscrição particular pelos acionistas no período de 14 de janeiro a 17 de fevereiro de 2010, na proporção de 3,637017404% sobre a posição acionária que cada um possuiar na data da Assembleia, com integralização à vista, de 100% do valor das ações subscritas, em 9 de março de 2010.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente	Membros	Diretoria
Lázaro de Mello Brandão	Mário da Silveira Teixeira Júnior Márcio Artur Laurelli Cypriano João Aguiar Alvarez Denise Aguiar Alvarez Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Laércio Albino Cezar Arnaldo Alves Vieira Sérgio Socha Julio de Siqueira Carvalho de Araujo	José Luiz Acar Pedro Norberto Pinto Barbedo Domingos Figueiredo de Abreu Lia Maria Aguiar Lina Maria Aguiar Maria Angela Aguiar
Vice-Presidente Antônio Bornia		Diretores João Aguiar Alvarez Denise Aguiar Alvarez

Luiz Carlos Angelotti
Contador - CRC 1SP203959/O-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações
Osasco - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras das investidas Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, foram examinadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos investimentos e dos resultados decorrentes dessas investidas, está baseada nos pareceres desses auditores.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, conforme mencionado no primeiro parágrafo, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa nas operações referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de março de 2010

KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Claudio Rogério Sertório
Contador - CRC 1SP212059/O-0

Cidades



EMERGÊNCIA
Salvador está em estado de emergência por causa das chuvas.

MORTES
Duas crianças morreram em um desabamento na capital baiana.

Após o Sudeste, é a vez da Bahia sofrer com as chuvas

Fotos de Fernando Vivas/AE



Veículos alagados por causa das cheias do Rio Cascão, em Salvador. Em poucas horas, choveu metade do esperado para o mês

As fortes chuvas na Bahia nos últimos dias levou a prefeitura de Salvador a decretar ontem situação de emergência. O executivo municipal promete alugar quartos de hotéis e pousadas para abrigar as famílias desalojadas. O cadastro está sendo feito pela Defesa Civil e estima-se que 200 famílias não têm onde se abrigar. Muitas estão instaladas em escolas públicas. As aulas das redes municipal e estadual estão suspensas em toda a região metropolitana.

No total, 27 municípios baianos decretaram situação de emergência na última semana. Cinco pessoas morreram no Estado desde o início das chuvas mais fortes, há oito dias. Segundo a Defesa Civil, a Bahia tem 7.454 desalojados e 3.249 desabrigados. Os feridos ou doentes por causa das chuvas são 379.

O governador Jaques Wagner sobrevoou ontem Salvador e Lauro de Freitas. De acordo com sua assessoria, ele telefonou para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para relatar os problemas e pedir providências dos ministérios. Lula teria garantido que o Estado vai ser atendido pelo governo federal.

Previsão - Nos primeiros 15

dias do mês choveu em Salvador 499,1 milímetros. O volume esperado para todo o mês era de 326,2 milímetros. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), pancadas de chuva são esperadas em toda a região metropolitana pelo menos até domingo.

Vendo o estrago que a chuva fazia em seu bairro, a Vila Canária, em Salvador, na noite de anteontem, Albertina Santos de Jesus e seus três filhos decidiram deixar sua casa e buscar abrigo na casa de uma tia. Ontem, quando a força da chuva diminuiu, Albertina decidiu

voltar para casa, para checar se já era possível levar os filhos, ou ao menos pegar roupas para as crianças. Ao chegar, viu que seu imóvel, construído durante cinco anos, não passava de um monte de entulho. "A gente luta para ter nossa casa, para comprar umas coisinhas,

ai vem uma chuva e leva a vida inteira embora", desabafou.

Mortes - A Vila Canária já havia testemunhado uma tragédia na noite de anteontem: dois meninos, Pablo e Gabriel, de 2 e 6 anos, morreram depois de um deslizamento de terra destruiu a parede do quarto

em que dormiam. Depois disso, três imóveis ruíram totalmente no bairro, o de Albertina e outros dois abandonados.

Histórias de pessoas que perderam casas e pertences para a chuva repetiram-se centenas de vezes pela capital, região metropolitana e Recôncavo Baiano, entre a noite de quarta-feira e a manhã de ontem. Em Salvador, ontem, em questão de horas a precipitação média chegou a 161 milímetros - praticamente a metade do esperado para todo o mês, que é 326,2 milímetros.

Em Pirajá, bairro periférico da cidade, um deslizamento de terra atingiu um menino de 4 anos durante a manhã. Por sorte, ele foi socorrido a tempo. No bairro de Águas Claras, na margem da mais importante rodovia do Estado, a BR-324 - que liga Salvador a Feira de Santana -, a água inundou casas até o teto.

Transbordamento - Alguns dos principais rios da região transbordaram, causando uma série de transtornos e deixando as cidades sem condições de tráfego. Em Salvador, o principal entroncamento viário, a Rótula do Abacaxi, por exemplo, ficou travado depois de o Rio Camurijipe transbordar. (AE)

Mais sobre chuva na página 14